

Município da Ribeira Grande

# Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

2014

## Introdução

---

O Município da Ribeira Grande apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de Dezembro de 2014, com base na Portaria 474/2010 de 15 de Junho e no Artigo 75.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro.

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) não contém quaisquer normas respeitantes a consolidação, pelo que optámos pela aplicação das regras de consolidação contidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que transpõe para o direito interno as normas de consolidação de contas, estabelecidas na 7ª diretiva (83/349/CEE), aprovada pelo Conselho das Comunidades Europeias em 13 de Junho de 1983.

O presente Anexo apresenta as notas aplicáveis ao Grupo Público, conforme previsto no Decreto-Lei nº 158/2009, assim como as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo, tal como exigidas pela alínea d) do nº 7 do Artigo 75º da Lei nº 73/2013 (que revoga a Lei nº 2/2007).

## I – Informações relativas às entidades no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

### Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
Município de Ribeira Grande	Largo Conselheiro Hintze Ribeiro, Ribeira Grande	Administração Local	---	a)
Ribeira Grande Mais – Empresa Municipal de Habitação Social, Requalificação Urbana e Ambiental, Unipessoal, S.A., E.M., em liquidação	Rua da Estrela, 31, Conceição, Ribeira Grande	Desenvolvimento, implementação, gestão, exploração de infra-estruturas e condições para a promoção social, requalificação urbana e ambiental no concelho da Ribeira-Grande, incluindo a criação, construção, remodelação, gestão e exploração de espaços e equipamentos desportivos, de lazer e turismo e zonas balneares e a organização de eventos e atividades nestes espaços e equipamentos; aquisição de imóveis necessários ao desenvolvimento do seu objeto.	100%	b)

Motivo de inclusão no perímetro de consolidação:

- a) Empresa mãe;
- b) Entidade controlada a 100% pelo Município.

### Nota 2 – Entidades consolidadas pelo método proporcional

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM	Rua El-Rei D Carlos I, nº 27, 1º Esq., Ribeira Grande	Desenvolvimento de sistemas de abastecimento de águas, de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, de sistemas de limpeza pública e de recolha e transporte de resíduos sólidos, de desenvolvimento e inovação empresarial e de requalificação ambiental	33%	a)
PONTE NORTE – Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande	Rua de Nossa Senhora de Fátima, nº 36, Vila de Rabo de Peixe, Ribeira Grande	Ensino, na vertente de formação técnica ou profissional; promoção e apoio a atividades no âmbito da cultura, turismo, tempos livres, desporto e, em geral, a tudo o que disser respeito ao desenvolvimento local do Concelho da Ribeira Grande	44%	b)

Motivo de aplicação da consolidação proporcional:

- a) Empreendimento conjunto com as Autarquias de Lagoa e Vila Franca do Campo, em que cada uma detém 33% e controlam conjuntamente a entidade.
- b) Empreendimento conjunto com os membros fundadores Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, Associação Agrícola de S. Miguel, Associação Empresarial da Ribeira Grande; Associação de Turismo da Ribeira Grande; Cooperativa Agrícola Costa Norte; Cooperativa Ecos do Norte e Clube Naval de Rabo de Peixe.

## **II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada**

---

### **Nota 3 – Insuficiências das normas de consolidação**

---

Não existindo normas específicas de consolidação de contas em ambiente POICAL, foram utilizadas as normas estabelecidas no Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho do Plano Oficial de Contabilidade, com as exceções indicadas na Nota 4.

### **Nota 4 – Derrogação às normas de consolidação**

---

O POICAL não prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial, mas apenas a redução da quantia escriturada quando a quantia recuperável da participada é inferior.

## **III. Informações relativas a compromissos**

---

### **Nota 5 – Compromissos financeiros não evidenciados no balanço consolidado**

---

O Município no seu Balanço incorpora todos os compromissos financeiros, com exceção dos que constam da nota seguinte do anexo relativa a garantias prestadas pelo Município, cujo compromisso só será de relevar se houver acionamento da respetiva garantia.

### **Nota 6 – Responsabilidades por garantias prestadas**

---

**- Carta - Conforto pela Câmara Municipal de Ribeira Grande para garantia de todas as responsabilidades assumidas.**

## **IV. Informações relativas a políticas contabilísticas**

---

### Bens de Domínio Público

---

Os bens de domínio público adquiridos até 31 de Dezembro de 2000 foram valorizados pelo método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação.

Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

### Imobilizações incorpóreas

---

As imobilizações incorpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo período de vida útil que esteja estipulado.

### Imobilizações corpóreas

---

Bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2000:

A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou o método de mercado (conforme o descrito para os Bens de Domínio Público). Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico e, nos casos em que tal era impossível, recorreu-se a uma avaliação por comparação a bens já avaliados, com as mesmas características.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001 foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção. No Município para alguns bens obtidos a título gratuito considerou-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais.

As amortizações da generalidade dos bens do activo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2014 sofreram a primeira amortização no presente ano económico.

No caso das empresas municipais e entidades participadas, as amortizações dos bens de imobilizado são calculadas por aplicação das taxas máximas conforme previsto no Decreto Regulamentar aplicável.

É de referir que no processo de consolidação não foi realizada a harmonização de taxas aplicadas pelas empresas municipais e entidades participadas com as utilizadas pelo Município.

#### Investimentos financeiros

---

Os Investimentos Financeiros foram contabilizados pelo custo de aquisição.

#### Existências

---

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo custo de aquisição.

#### Dívidas de e a terceiros

---

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando haja uma um significativo risco de cobrança são efetuados ajustamentos para refletir a potencial perda.

#### Disponibilidades

---

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

#### Especialização de Exercícios

---

Os custos e proveitos são registados quando incorridos ou obtidos, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

#### Locação Financeira

---

Os ativos adquiridos por locação financeira são incluídos no ativo da entidade e o valor em dívida no passivo, sendo os bens objeto de depreciação e os juros reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

## V. Informações relativas a determinadas rubricas

### Nota 8 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado podem ser resumidos como segue.

#### Ativo Bruto

ATIVO BRUTO				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e abates	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas	57.970.645	1.091.963	751.733	59.814.341
Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	32.185	800		32.985
Outros bens de domínio público	727.066	16.346		743.412
Imobilizações em curso	342.945	793.857	-606.215	530.586
Adiantamentos por conta de bens de domínio público		14.500		14.500
	59.072.840	1.917.467	145.518	61.135.824
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação				0
Despesas de investigação e desenvolvimento	871.808	25.636	-2.312	895.131
Propriedade industrial e outros direitos	633.187	41.807	2.312	677.306
Outras imobilizações incorpóreas	0			0
Imobilizações em curso	0			0
	1.504.995	67.442	0	1.572.437
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	7.913.062	132.154	-4.633.210	3.412.006
Edifícios e outras construções	93.178.754	2.913.170	-13.767.247	82.324.677
Equipamento básico	1.512.230	144.100	-575.667	1.080.663
Equipamento de transporte	1.519.120	124.648	-200.963	1.442.805
Ferramentas e utensílios	142.709	15.122	0	157.831
Equipamento administrativo	2.757.608	125.479	-52.220	2.830.867
Taras e vasilhames	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	399.447	164.865	-153.717	410.594
Imobilizações em curso	1.981.281	1.568.725	-1.350.959	2.199.047
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0			0
	109.404.211	5.188.262	-20.733.983	93.858.490
Investimentos Financeiros				
Partes de capital	0			0
Imobilizações em curso	0			0
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0			0
	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>169.982.046</b>	<b>7.173.171</b>	<b>-20.588.465</b>	<b>156.566.752</b>

#### Amortizações e ajustamentos

**AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES**

<b>Rubricas</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Reforço</b>	<b>Regularizações</b>	<b>Saldo final</b>
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas	2.837.374	453.675		3.291.049
Bens do património histórico, artístico e cultural	3.682	16		3.698
Outros bens de domínio público	538	77		615
	2.841.594	453.768	0	3.295.362
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	0	0		0
Despesas de investigação e desenvolvimento	239.434	6.394	-1.477	244.351
Propriedade industrial e outros direitos	149.430	28.797	1.477	179.704
	388.864	35.191	0	424.054
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	59			59
Edifícios e outras construções	11.071.867	1.535.431	1.507.493	11.099.805
Equipamento básico	1.254.398	140.545	466.153	928.790
Equipamento de transporte	1.084.757	135.649	174.074	1.046.332
Ferramentas e utensílios	82.146	16.630	0	98.776
Equipamento administrativo	2.403.284	147.709	49.181	2.501.812
Taras e vasilhames				
Outras imobilizações corpóreas	183.084	30.248	0	213.332
	16.079.596	2.006.212	2.196.901	15.888.906
Investimentos Financeiros				
	0	0	0	0
	19.310.054	2.495.170	2.196.901	19.608.322

**Nota 9 – Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos**

O Grupo apresenta as seguintes dívidas com um prazo de pagamento superior a 5 anos.



Entidade	Empréstimos	Entidade Credora	Valor do empréstimo	Data de Vencimento	Capital em dívida
MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE	Financiamento 41,02% 37 fogos Ribeirinha	BANIF	1.234.079	30-10-2027	789.483
	Financiamento 17,96% e 20% R. e R.S.	BANIF	811.900	29-11-2027	439.779
	Financiamento 20% 48 fogos R. Peixe	BANIF	191.529	29-11-2027	107.735
	Financiamento de 40% 26 fogos de R. Peixe nos termos DL 110/85 de 17 de Abril e Portaria 1149/01 de 29 de Setembro	BCP	1.037.389	30-06-2035	966.362
	Financiamento de 20% 26 fogos R. Peixe - Parte dos Capitais Pps	BCP	511.411	30-06-2035	466.940
	Financiamento 40% 15 fogos Ribeira Seca	BPI	543.057	25-10-2027	303.836
	Financiamento 40% 48 fogos Rabo de Peixe	BPI	1.702.289	21-11-2027	1.020.811
	Rateio previsto no nº 2 do artigo 53º da LOE/2011	BESA	896.428	28-02-2037	57.590
	Habitação (50%) de 6 habitações Unifamiliares - Loteamento de Sta Luzia	CGD	87.374	26-02-2023	40.904
	Habitação (50%) de 16 fogos Loteamento de Sta Luzia	CGD	242.705	11-01-2024	125.048
	Financiamento 40% valor de aquisição dos fogos já construídos (10 Doma e 29 Rpeixe), nº9 do artigo 33º da LOE/06	CGD	1.552.056	31-05-2032	1.120.180
	Financiamento Cap. Pp. valor de aquisição dos fogos já construídos (10 Doma e 29 Rpeixe), nº9 do artigo 33º da LOE/06	CGD	334.237	01-03-2032	250.678
	Empréstimo no âmbito do Decreto-Lei nº 110/85, de 17 de Abril e Portaria nº 1149/01 de 29 de Setembro, para aquisição de 3 fogos na Ribeirinha	CGD	102.478	16-02-2034	81.876
	Financiamento do valor dos Cap. Pps. Na aquisição de 47 fogos em Rabo de Peixe e 3 fogos na Ribeirinha	CCAM	816.571	13-01-2034	692.321
	PAEL - Programa de Apoio à Economia Local	DGTF	1.434.848	16-11-2022	1.629.955

## Nota 10 – Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

A totalidade das vendas e prestações de serviços, no montante de 3.317.522 euros realizaram-se no mercado interno.

## Nota 11 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

As Empresas Municipais e entidades participadas encontram-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 18,40% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente

sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O Município de Ribeira Grande está isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e eventual correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social). Deste modo as declarações fiscais dos últimos cinco anos poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora as empresas municipais e as entidades participadas não antevejam situações que possam originar correções significativas.

#### Nota 12 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

As remunerações certas e permanentes de titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos do Município de Ribeira Grande totalizaram 138.146,47 Euros em 2014.

#### Nota 13 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Contas	Custos e perdas	2014	2013
681 Juros suportados		142.411	576.141
682 Perdas em entidades participadas		209.608	0
683 Amortizações de investimento em imóveis		0	0
684 Provisões para Aplicações Financeiras		0	0
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis		0	0
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		0	0
688 Outros custos e perdas financeiros		28.809	31.385
Resultados financeiros		-332.150	-550.011
		<b>48.678</b>	<b>57.516</b>

	Proveitos e ganhos	2014	2013
781 Juros obtidos		10.262	6.379
782 Ganhos em entidades participadas		0	0
783 Rendimentos de imóveis		38.416	51.137
784 Rendimentos de participações de capital		0	0
785 Diferenças de câmbio favoráveis		0	0
786 Descontos de pronto pagamento obtidos		0	0
787 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		0	0
788 Outros proveitos e ganhos financeiros		0	0
		<b>48.678</b>	<b>57.516</b>

## Nota 14 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Contas	Custos e perdas	2014	2013
691 Transferências de capital concedidas		622.000	792.724
692 Dívidas incobráveis		14.280	0
693 Perdas em existências		7.633	14.545
694 Perdas em imobilizações		325.339	15.829
695 Multas e penalidades		0	2.183
696 Aumentos de amortizações		0	0
697 Correções relativas a exercícios anteriores		89.509	404.560
698 Outros custos e perdas extraordinárias		11.470	103.555
Resultados extraordinários		1.217.021	795.686
		<b>2.287.252</b>	<b>2.129.082</b>

  

	Proveitos e ganhos	2014	2013
791 Restituição de impostos		0	0
792 Recuperação de dívidas		4.085	1.587
793 Ganhos em existências		3.040	50.940
794 Ganhos em imobilizações		297.914	38.723
795 Benefícios de penalidades contratuais		62.792	64.955
796 Reduções de amortizações e provisões		47.181	45.343
797 Correções relativas a exercícios anteriores		90.502	3.231
798 Outros proveitos e ganhos extraordinários		1.781.737	1.924.303
		<b>2.287.252</b>	<b>2.129.082</b>

## Nota 15 – Desdobramento da conta de provisões e movimentos do exercício

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final
Cobrança Duvidosa	242.471	150.888	62.734	330.624
<b>TOTAL</b>	<b>242.471</b>	<b>150.888</b>	<b>62.734</b>	<b>330.624</b>

## Nota 16 – Outras informações exigidas por diplomas legais

Obrigações / Pagamentos							
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
MRG	RG+, E.M	Transferências e Subsídios	6.431	673.339		671.789	7.981
EIRSU	MRG	Prestações de Serviços	91.951	563.807		613.318	42.440
		Total	98.382	1.237.146	0	1.285.107	50.421

  

Direitos / Recebimentos							
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Direitos constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
RG+, E.M	MRG	Transferências e Subsídios	-6.431	-673.339		-671.789	-7.981
MRG	EIRSU	Prestações de Serviços	-91.951	-563.807		-613.318	-42.440
		Total	-98.904	-1.237.146	0	-1.285.107	-50.421

## Nota 17 – Outras informações

### Desagregação do endividamento consolidado de médio e longo prazo

Designação das Contas	Dividas a terceiros de médio/longo prazo		Total
	Município da Ribeira Grande	Restante Grupo Público	
Empréstimos de médio Longo Prazo	9.695.340	0	9.695.340
<b>Total</b>	<b>9.695.340</b>	<b>0</b>	<b>9.695.340</b>

## Nota 18 – Outras informações

### Comparabilidade das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Decorrente da alienação, pela Empresa Municipal, da participação financeira detida na sociedade SDRG – Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social da Ribeira Grande, S.A., da extinção da Fundação para o Desenvolvimento Sócio-Profissional e Cultural da Ribeira Grande e da constituição da entidade A Ponte Norte – Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande, o perímetro de consolidação alterou no corrente exercício. Consequentemente as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2014 não são comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2013.